



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP MB DOUGLAS FERREIRA SINOTTI

**A ATUAÇÃO DA BASE DE APOIO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO NO CONTROLE
PATRIMONIAL DOS SUPRIMENTOS, NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES DE
PAZ – MINUSTAH 2016.**

**Rio de Janeiro
2021**

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**CAP MB DOUGLAS FERREIRA SINOTTI****A ATUAÇÃO DA BASE DE APOIO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO NO CONTROLE PATRIMONIAL DOS SUPRIMENTOS, NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES DE PAZ – MINUSTAH 2016**

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a Inscrição na Pós-Graduação em Ciências Militares

Orientador: Cap Int Silva Lima**Rio de Janeiro
2021**

CAP MB DOUGLAS FERREIRA SINOTTI

A ATUAÇÃO DA BASE DE APOIO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO NO CONTROLE PATRIMONIAL DOS SUPRIMENTOS, NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES DE PAZ – MINUSTAH 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como requisito parcial para a obtenção do grau de especialização em Ciências Militares.

Aprovado em ____/____/____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

DEMIAN SANTOS DE OLIVEIRA – TEN CEL
Presidente

PETTERSON XAFIC CRUZ NEGRIS – CAP
Membro

LEONARDO DA SILVA LIMA – CAP
Membro e Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre bom e nos faz bem, logo não posso deixar de fazer.

Agradeço a Deus por me guiar sempre no caminho do bem e me cercar de pessoas boas, pela família que ele me proporcionou, pelos amigos que conquistei e pelas capacidades que me habilitou.

Muito obrigado a EsAO por me permitir reencontrar amigos e ter um ano de especialização, o presente ano foi muito proveitoso e me trouxe muitas alegrias e realizações.

Agradeço ao Curso de Logística por ter me proporcionado um ano de aprendizado.

À pessoa do Cmt de Curso que foi o principal responsável por esse bom ambiente de trabalho, contagiando positivamente os demais integrantes do CLog.

Aos Instrutores por se empenharem em passar o conteúdo da melhor forma que puderam.

Ao Orientador pelas vezes que fui atendido em minhas necessidades e pelas correções de rumo neste trabalho.

E também àqueles que cooperaram com essa pesquisa cedendo documentações, informações, ou como entrevistados.

RESUMO

Este trabalho apresenta os problemas ocorridos na gestão patrimonial dos suprimentos que foram utilizados na MINUSTAH, desde a complexidade da aquisição por diferentes unidades do Brasil, que enviavam para a centralização na Seção de Força de Paz localizada no 1º Depósito de Suprimento, para posterior envio ao Haiti, até o controle do patrimônio que estava a cargo da Base de Apoio Logístico do Exército, com enfoque nos anos de 2016 e 2017, quando termina a operação de paz.

As informações colhidas por meio de entrevistas exploratórias, nas quais o entrevistado expõe os seus pontos de vista, serão trabalhadas visando identificar as falhas nos processos e mitigar os erros ocorridos. Por fim, serão apresentadas melhorias para que em futuras operações, não ocorra descontrole patrimonial dos materiais envolvidos na missão de paz.

Palavras chave: Controle patrimonial, patrimônio, Haiti, MINUSTAH.

ABSTRACT

This work presents the problems that occurred during the patrimonial management of the supplies that were used in MINUSTAH, since the complexity of the acquisition by different units in Brazil, which were sent for centralization in the Peace Force Section located in the 1st Supply Deposit for later sending to the Haiti, until the control of the patrimony that was in charge of the Base of Logistic Support of the Army, with focus in the years of 2016 and 2017 when the peace operation ends. The information collected through exploratory interviews, where the interviewee exposes his / her points of view, will be worked on in order to identify the flaws in the processes and mitigate the errors that have occurred. Finally, improvements will be presented so that in future operations there is no lack of control over the supplies involved in the peacekeeping mission.

Keywords: Patrimonial control, patrimony, Haiti, MINUSTAH.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1. PROBLEMA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	9
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	9
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO.....	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
3 METODOLOGIA.....	12
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO.....	12
3.2 AMOSTRA.....	12
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	13
3.4 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA.....	13
3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3.6 ANÁLISE DE DADOS.....	14
3.7 JUSTIFICATIVAS	14
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4.1 ENTREVISTAS	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
5.1 DETERMINAÇÃO DAS NECESSIDADES.....	19
5.2 OBTENÇÃO.....	19
5.3 DISTRIBUIÇÃO.....	20
5.4 LOGÍSTICA REVERSA.....	23
5.5 UTILIZAÇÃO DO SISCOFIS.....	24
5.6 CRIAÇÃO DA DIVISÃO/SEÇÃO DE PATRIMÔNIO.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE “A” (ENTREVISTAS).....	35
APÊNDICE “B” (PACKING LIST VÔO 07 MAI 16).....	41

1. INTRODUÇÃO

A participação do Exército Brasileiro em operações de manutenção da Paz tornou-se cada vez mais frequente, ultrapassando 50 participações em sua história, nas quais contribuiu com mais de 55 mil militares, sempre agindo em consonância com a Constituição Federal e priorizando a atuação em países com os quais possui laços históricos e culturais (ITAMARATY, 2017).

O crescente aumento de missões de paz a cargo da ONU trouxe à tona a complexidade e a variedade de atividades da Função Logística Suprimento a serem desempenhadas pelo Exército Brasileiro, e como essa gestão implica no teatro de operações (CID e GOLDONI, 2017).

Um desses exemplos foi a atuação da Força Terrestre no Haiti de setembro de 2004 a outubro de 2017. Nesse período, mais precisamente em dezembro de 2008, o Exército Brasileiro criou a Base de Apoio Logístico do Exército, que gradativamente assumiu os encargos das operações Logísticas para as tropas em emprego na MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

Sendo assim, o presente estudo apresentará aspectos relevantes a serem observados durante a movimentação do valor patrimonial nesse período, desde as Unidades que adquiriram os itens até a transferência dos valores para a Base de Apoio Logístico do Exército, e a sua posterior redistribuição ou processo de descarga; inclusive os antecedentes que levaram à criação da Divisão de Patrimônio nesta Grande Unidade e da Seção de Patrimônio no 1º Depósito de Suprimento e os resultados obtidos.

1.1 PROBLEMA

Com a criação da Base de Apoio Logístico do Exército em dezembro de 2008, a mesma passou a administrar a partir de 2010, os valores patrimoniais referentes aos MEM (Material de Emprego Militar) que estavam sendo utilizados pelas Organizações Militares (OM) empregadas no Haiti, desde 2004 como o BRABAT e o BRAENGCOY. Tal fato ocorreu pois estes batalhões não possuíam autonomia

administrativa em virtude de estarem focados na atividade finalística que desempenhavam.

Com as seguintes condicionantes: grande volume financeiro de patrimônio no exterior, suprimentos de origens variadas e emprego dos itens por outros batalhões. Podemos concluir que a criação da Divisão de Patrimônio pela Ba Ap Log Ex, e da Seção de Patrimônio pelo 1º D Sup, influenciaram positivamente para que a gestão do patrimônio fosse realizada da melhor maneira possível?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

O presente estudo visa avaliar se o controle patrimonial realizado a partir da criação da Divisão de Patrimônio e da Seção de Patrimônio foram relevantes para que houvesse resultados positivos na diminuição dos saldos da conta trânsito entre elas e as demais unidades, com relação aos suprimentos que foram enviados para as operações de paz no Haiti; e estabelecer critérios e situações a serem utilizados nos processos que envolvem o controle patrimonial, para que a tropa que esteja empregada tenha condições de realizar as suas operações com a maior eficiência possível.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. destacar a importância do controle patrimonial no Exército Brasileiro;
- b. apresentar os sistemas utilizados para a realização do controle patrimonial e suas ferramentas;
- c. descrever os métodos utilizados para a realização do controle patrimonial dos suprimentos enviados para o Haiti;
- d. avaliar como foi realizado esse controle até 2015;
- e. concluir sobre a viabilidade das decisões tomadas para criação de departamentos especializados no controle patrimonial.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

O Exército Brasileiro prioriza a gestão patrimonial? Fornece os meios para que esse trabalho seja realizado? Como era realizada a gestão patrimonial? Isso era feito de forma eficiente? A Criação de seções especializadas no controle patrimonial impactou positivamente nessa gestão?

2. REVISÃO DE LITERATURA

A Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu Capítulo III trata da contabilidade patrimonial em seus artigos 94, 95 e 96, responsabilizando a administração pública pela atividade de controle (BRASIL, 1964).

Ao Fiscal Administrativo, ao Ordenador de Despesas e ao Agente Diretor cabe controlar as variações patrimoniais da Organização Militar (OM), de acordo com o Regulamento de Administração do Exército (BRASIL, 1990).

Os Manuais de Campanha LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE (EB70-MC-10.238) e LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES (EB70-MC-10.216) trazem em seu conteúdo todos os conceitos logísticos desse estudo, norteando as práticas administrativas que se sucedem às ideias.

Em algumas Organizações Militares que apresentam um grande volume de movimentação patrimonial, foram criadas seções focadas nessa atividade, que se encontram vinculadas diretamente aos agentes da administração elencados no parágrafo anterior, apesar da inexistência de previsão legal.

3. METODOLOGIA

Este estudo irá se desenrolar em quatro fases distintas, na primeira fase será feito a reunião de todos os conteúdos bibliográficos, manuais militares, artigos científicos e pesquisas publicadas.

A segunda fase será de coleta de dados através de entrevistas com militares da Base de Apoio Logístico do Exército que atuaram com o controle patrimonial durante a MINUSTAH, tanto nos processos de envio, quanto nos de recebimento em solo haitiano.

Posteriormente serão analisadas e comparadas todas as entrevistas para o estabelecimento das verdades, além disso nessa terceira fase todos os assuntos serão contextualizados e organizados didaticamente com os conteúdos reunidos na primeira fase.

Por último serão propostas melhorias nas fases do processo de controle patrimonial para que não haja a perda de conhecimento por solução de continuidade.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

O Campo exploratório delimita-se ao controle patrimonial realizado durante a MINUSTAH, pretende-se analisar o trânsito patrimonial, os métodos e ferramentas utilizadas de encontro com as opiniões de alguns militares que atuaram diretamente nas seções destinadas para esse fim.

3.2 AMOSTRA

A amostra adotada para o estudo foi ampla, abordando fatos ocorridos desde o início da MINUSTAH em 2004 até o seu encerramento em 2017, nesse período os contingentes foram compostos por militares de todos os Comandos Militares de Área, o que muito bem caracteriza a amplitude nacional do controle patrimonial para essa Missão de Paz.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O método utilizado para a pesquisa foi indutivo e de natureza básica, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevista exploratória qualitativa com alguns participantes desse processo, conforme o apêndice “A”, um questionário quantitativo com o público militar para mensurar o conhecimento sobre o SISCOFIS e análises de relatórios gerados pelo SISCOFIS/SIAFI, Seção de Força de Paz, Oficial de Patrimônio no Haiti, ou pelas seções de Patrimônio da Ba Ap Log Ex.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DA LITERATURA

Acesso aos portais eletrônicos do EBConhecer (<http://ebconhecer.eb.mil.br/>), funcionalidade EBusca para localizar artigos científicos, trabalhos e manuais sobre o tema.

Utilização de ferramentas online livres, para a formulação de questionários e suas tabulações.

Comunicação com os entrevistados por meio de correio eletrônico (Gmail) e aplicativos de mensagens instantâneas (Whatsapp) para a coleta de dados.

3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- a. Reunir e embasar o conteúdo de acordo com os manuais e regulamentos militares, artigos científicos e trabalhos existentes sobre essa temática.
- b. Extrair dados junto à Seção de Patrimônio do 1º Depósito de Suprimento e a Divisão de Patrimônio da Base de Apoio Logístico do Exército, através de entrevistas com os integrantes atuais dessas seções, e solicitações de relatórios do período de 2016 a 2017.
- c. Identificar junto às seções pertinentes, quais foram as principais problemáticas encontradas para exercer o correto controle do patrimônio na operação de paz no Haiti.

- d. Identificar e analisar as ferramentas utilizadas pelas seções para exercerem o controle patrimonial.
- e. Propor melhorias no processo para uma gestão patrimonial eficiente em operações de paz futuras.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Após as entrevistas com os militares das OMs envolvidas no controle das movimentações patrimoniais dos materiais utilizados na MINUSTAH, foi possível identificar os pontos de convergência das ideias e o estabelecimento das verdades.

Ao coletar os dados por meio do questionário, os gráficos mostraram os índices de avaliação dos usuários do SISCOFIS (Sistema de Controle Físico) e como enxergam o controle patrimonial.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa e tabulada para identificar a redução dos saldos alongados a partir da criação das seções voltadas para o controle patrimonial.

3.7 JUSTIFICATIVAS

Com a finalidade de colaborar com a Base de Apoio Logístico do Exército na missão de proporcionar o adequado controle patrimonial dos materiais de emprego militar enviados para operações no exterior, que são oriundos de várias Organizações Militares do Exército Brasileiro, viu-se a necessidade de melhorar a sistemática de controle, considerando a ocorrência de problemas nessa área.

Muitos problemas iniciais ocorreram devido à falta de conhecimento específico dos primeiros integrantes dessa atividade de controle patrimonial, e posteriormente, devido ao terremoto ocorrido em 2010 no Haiti, quando houve uma intensificação do Fluxo Logístico sem o devido reforço da administração.

No ano de 2016, houve a criação da Divisão de Patrimônio na Base de Apoio Logístico do Exército, focada em acompanhar cada fase dos suprimentos enviados e repatriados do Haiti, passando a ter a devida importância no controle patrimonial. A partir do desenvolvimento dessa mentalidade de controle, há a necessidade de

estudarmos os mecanismos utilizados na MINUSTAH, replicá-los e aprimorá-los para as próximas oportunidades de emprego.

Concomitantemente com a criação da Divisão de Patrimônio, ocorreu a criação da Seção de Patrimônio no 1º Depósito de Suprimento, Organização Militar subordinada à Ba Ap Log Ex, onde operava o Núcleo de Força de Paz, que era responsável por receber fisicamente os itens adquiridos pelas diversas OMs, armazenar, preparar e enviar até o modal responsável pelo transporte para o Haiti, seja ele aéreo ou marítimo.

Dito isso, por falta de conhecimento, comunicação e gestão pró ativa entre os agentes envolvidos, boa parte desses valores patrimoniais eram erroneamente enviados para o 1º D Sup, ao invés de serem enviados para a Ba Ap Log Ex, criando assim um enorme saldo na conta trânsito e até mesmo a apropriação indevida de saldo por parte dos operadores do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Após a criação dessas repartições voltadas para o controle patrimonial, as pendências foram diminuídas ano após ano.

Ao final da pesquisa pretende-se consolidar todas as informações coletadas com o intuito de aprimorar os procedimentos existentes e alterar outros. A boa gestão patrimonial é fundamental para a prestação de contas públicas e transparência dos recursos utilizados em grandes operações.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O Exército Brasileiro preconiza o correto manuseio dos bens públicos, cabendo aos militares realizarem as medidas para controle desses materiais. Em situações de missões de Força de Paz não é diferente, e apesar da maior complexidade, alguns mecanismos foram criados para melhor fazê-lo e continuam em aprimoramento.

Uma das formas utilizadas para dar responsabilidade ao controle de bens são as nomeações em boletins internos das Organizações Militares, que seguem as orientações emanadas no RAE (Regulamento de Administração do Exército) e no RISG (Regulamento Interno dos Serviços Gerais), designando funções específicas de fiscalização e controle e os respectivos detentores de carga.

Para fins de registro desses bens, são utilizados dois sistemas com funções diferentes. O SISCOFIS, que é a ferramenta de controle físico, onde todo material que entra em uma Organização Militar é registrado com seu documento de origem, características, NEE (Número de Estoque do Exército) e valor.

As Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (2002), em seu capítulo IV, artigo 8º, inciso LXXVII, apresenta a conceituação básica do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) como um subsistema do SIMATEX que tem por objetivo realizar o controle quantitativo do material sob a responsabilidade patrimonial do Exército Brasileiro (NARSUP, 2002)

O outro sistema é o SIAFI, que é uma ferramenta de controle contábil, que registra a origem financeira de um material e sua tramitação pelas diferentes contas do Exército.

A definição de patrimônio está descrita no Regulamento de Administração do Exército (1990) em seu artigo 2º, 21) como o conjunto de todos os bens, valores, direitos e obrigações vinculadas a uma organização e pecuniariamente mensuráveis.

No artigo 72 do Regulamento de Administração do Exército (1990) estão amarrados os motivos para que ocorram inclusões patrimoniais em uma Unidade Administrativa da seguinte forma:

Art. 72. As inclusões no patrimônio de uma UA decorrem de: 1) aquisições diretas de bens móveis e imóveis; 2) recebimento de material fornecido pelos Órgãos Provedores; 3) transferência de material de outra UA; 4) doações, etc.

Em julho de 2017, a Diretoria de Contabilidade emitiu a 5ª edição da Cartilha de Registros Contábeis Patrimoniais no novo SIAFI, que definiu saldo alongado

como saldos que não refletem a realidade contábil da Unidade Gestora, por exemplo, um bem móvel que está registrado na conta de trânsito, mas que na verdade já se encontra até em uso na Unidade Gestora, não reflete a realidade, compromete a qualidade da informação contábil. Além desta definição, cabe ressaltar que o saldo alongado nas contas de bem e material em trânsito deixa a Unidade Gestora sujeita a ocorrência contábil, ou seja, restrição contábil. Ainda na cartilha em lide, a D Cont orienta que nos lançamentos realizados pelas Unidades Gestoras, recomenda-se especial atenção em relação aos registros que geram saldo nas contas de materiais/ bens de consumo e permanente em trânsito, e que deve-se sempre acompanhar essas contas de modo a evitar a existência de saldo alongado, fazendo as correções tempestivas, quando for o caso. (CARTILHA DE REGISTROS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS NO NOVO SIAFI, 2017).

Apesar dos mecanismos existentes para o correto controle patrimonial, situações excepcionais, como missões de paz, permitiram encontrar falhas nesse processo, onde foram identificadas oportunidades de melhoria pelos militares imbuídos nessa atividade, os quais vão embasar substancialmente a teoria desse trabalho.

4.1 ENTREVISTAS

As entrevistas que seguirão ao final da pesquisa no APÊNDICE “A” serão úteis para reunir informações e extrair como se dava o procedimento de controle patrimonial por parte da Base de Apoio Logístico do Exército, sobre os materiais em emprego na Operação de Força de Paz no Haiti, além das oportunidades de melhorias. Foram entrevistados militares experientes em suas funções, que atuaram ativamente para controlar todos os suprimentos utilizados no Haiti. A partir daí serão construídas versões da realidade por meio de um material discursivo e descritivo. A entrevista permitirá a interação do pesquisador com os entrevistados (DUARTE, 2004; MINAYO, 2004):

Nome	Função em 2016
Maj João HEITOR Brasil Gonçalves	Criador da Seção de Patrimônio do 1º Depósito de Suprimento e Chefe.

Cap QAO - Ronildo Antônio Salgado	Adj Seç Ct Patm F Paz - BaApLogEx
Ten QAO – Anderson Prado Lemos	Aux da Divisão de Patrimônio (antiga SSCPFPZ).

QUADRO 1 – quadro de especialistas entrevistados

Assim sendo, as opiniões emanadas pelos entrevistados serão apresentadas conforme elas se enquadrem no avanço da discussão.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de facilitar o entendimento do trabalho, a construção dar-se-á seguindo as fases do Ciclo Logístico, que de acordo com o Manual de Logística Terrestre:

2.8.1 O ciclo logístico é o processo permanente, contínuo e ordenado em fases inter-relacionadas que organiza a sistemática do apoio. Em consonância com as especificidades de cada função logística, compreende três fases: determinação das necessidades, obtenção e distribuição. 2.8.2 A integração da cadeia logística por meio de sistemas informacionais - desde o usuário consumidor até a fonte de obtenção - é fundamental para a precisão e rapidez do ciclo logístico em todos os níveis de execução da Logística, possibilitando aumentar a confiabilidade e o nível do apoio à força apoiada. (EB70-MC-10.238, 2018, p 2-21).

5.1 DETERMINAÇÃO DAS NECESSIDADES

2.8.3.1 Esta fase consiste no exame pormenorizado dos planos propostos e, em particular, das ações e operações previstas, visando a identificar, definir e calcular que recursos logísticos devem estar disponíveis, quando, em que quantidade e em que local. Esta etapa constitui a base para as fases subsequentes. 2.8.3.2 A complexidade dessa fase decorre da necessidade de se antecipar as demandas, de modo a posicionar os recursos necessários no local e no prazo previsto. Compreende o levantamento das necessidades para o início das operações (completamento das dotações), sustentação da capacidade operativa, constituição de reserva e itens de dotação específica (EB70-MC-10.238, 2018, p 2-22).

O Comando de Operações Terrestres, mais precisamente a Seção de Missão de Paz, fica responsável pela fase de Determinação das Necessidades para as tropas que comporão os contingentes.

A Base de Apoio Logístico do Exército, por sua vez, não participa dessa etapa do ciclo logístico, por se tratar de planejamento do escalão superior, para que dessa forma possa focar em aprimorar o controle patrimonial, na Obtenção, e principalmente nas fases de Distribuição e Logística Reversa.

5.2 OBTENÇÃO

Seguindo com a definição do manual de Logística Militar Terrestre, nessa fase do Ciclo Logístico:

2.8.4.1 A obtenção transforma as necessidades logísticas levantadas em recursos. Nesta fase, são identificadas as fontes e tomadas medidas para a disponibilização dos recursos (pessoal, material e serviços) necessários à força apoiada. 2.8.4.2 O fator tempo, sob o enfoque dos prazos para obtenção, pode ser determinante em alguns casos, a despeito, inclusive, da disponibilidade de recursos financeiros. Outros aspectos ligados aos fatores da decisão também condicionam os processos de obtenção dos recursos logísticos. 2.8.4.3 A principal fonte de obtenção no nível tático é constituída pelos recursos disponibilizados pelo C Op enquadrante da força operativa terrestre ou por meio da exploração de recursos locais no TO/A Op, mediante a contratação de operadores civis ou acordos internacionais. 2.8.4.4 A obtenção de recursos humanos pode ocorrer por meio de movimentação de pessoal, concurso, formação, convocação, mobilização, contratação e recrutamento. 2.8.4.5 A obtenção de bens ou serviços ocorre, conforme disposições legais em vigor, por intermédio de doação, compra, contratação de serviço, confisco, contribuição, pedido, requisição, desenvolvimento, troca, empréstimo, arrendamento mercantil, transferência e convênio (EB70-MC-10.238, 2018, p 2-22).

A fase da obtenção é caracterizada pela alocação de recursos humanos e principalmente financeiros nos setores encarregados de licitar e empenhar. A maior parte desses recursos ficam a cargo da Diretoria de Material (D Mat) realizando a gestão do ciclo de vida dos materiais das Classes III (Óleos, Lubrificantes e Manutenção de equipamentos para Postos de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação – PALL), V (Armamento) e IX (Motomecanização e Blindados), referentes aos grupos funcionais de suprimento e manutenção. Uma outra significativa parcela fica sob a gestão da Diretoria de Abastecimento (D Abst) a qual compete prover os recursos e serviços necessários ao suprimento e à manutenção relativos às classes I (material de subsistência), II (material de intendência), III (combustíveis), V (munições), X (materiais não incluídos em outras classes) e de Remonta e Veterinária". Em menor parte temos a Diretoria de Material de Engenharia (DME) que promove uma gestão do material de engenharia.

Na esfera administrativa dessas Diretorias, existem os estágios da despesa que envolvem os empenhos, as liquidações e os pagamentos. Essa etapa dará origem à vida contábil dos materiais adquiridos para emprego e que serão distribuídos pelos Órgãos Provedores, de onde se inicia o controle patrimonial.

De acordo com os entrevistados, uma série de materiais foram adquiridos por fora da cadeia de suprimento de forma descentralizada, pelas Organizações Militares que se encontravam mobilizando temporariamente o contingente no Haiti, conforme listados no apêndice "B" a saber: caneta esferográfica, pasta de couro, bonés, gandoleta, lanterna, *pen drive*, fiel retrátil, pasta arquivo, etc. Segundo os entrevistados, esses materiais excepcionais que não integram a cadeia de

suprimento e que são empenhados com recursos especiais para missões de paz devem ser transferidos integralmente para o encargo da Ba Ap Log Ex, para diminuir os agentes envolvidos no processo e para acompanhar todos os estágios da despesa pela OM detentora do patrimônio enquanto o mesmo se encontrar em emprego.

Portanto, por meio da análise das entrevistas dos integrantes da Ba Ap Log Ex, conclui-se que a centralização das aquisições não pertencentes à cadeia de suprimento do Exército Brasileiro, devem ser conduzidas diretamente por esta Grande Unidade, pois uma origem patrimonial feita na OM que irá administrar esse material até a sua destinação final, potencializa a chance de um processo sem falhas.

5.3 DISTRIBUIÇÃO

A a terceira fase do ciclo logístico é a distribuição:

2.8.5.1 A distribuição é a última fase do ciclo logístico e consiste em fazer chegar aos usuários, no local previsto, oportuna e efetivamente, todos os recursos levantados durante a fase de determinação das necessidades. 2.8.5.2 Engloba um sistema de pessoal, instalações, técnicas e procedimentos, visando a receber, lotear, acondicionar, movimentar, entregar e controlar o fluxo da cadeia logística, entre o ponto de recepção e o ponto de destino. 2.8.5.3 A organização de um eficiente sistema (físico ou informatizado) de distribuição exige o conhecimento, dentre outros fatores, da situação das operações correntes, dos planejamentos das ações de médio e longo prazo, da disponibilidade e localização de recursos e das necessidades dos usuários. 2.8.5.4 A flexibilidade e a adaptabilidade aplicadas ao sistema de distribuição asseguram a melhor utilização possível dos meios de transporte disponíveis e reduzem, ao mínimo indispensável, os percursos, os transbordos e os manuseios dos recursos. 2.8.5.5 Aspectos importantes da distribuição são a visibilidade e o acompanhamento dos recursos em trânsito, traduzidos pela capacidade de rastrear a identidade, a situação e a localização de unidades, cargas e passageiros de um ponto de origem até o destino final (EB70-MC-10.238, 2018, p 2-23).

A Distribuição dos suprimentos para as unidades que estavam sendo empregadas no Haiti era realizada de duas formas: modal aéreo e modal marítimo. Os suprimentos que eram transportados por aviões da FAB ou navios da MB eram inseridos nos *Packing Lists* (APÊNDICE “B”), documento que apresenta toda carga presente no meio de transporte, e viajavam acompanhados de suas guias de fornecimento para que pudessem ser conferidos no local de destino.

Na verdade, o que se pôde constatar através das documentações levantadas é que a distribuição também se deu de forma descentralizada e cada contingente selecionado recebia recursos para empenhar conforme a necessidade levantada pelo seu escalão para atender à sua tropa e, feito isso, a Ba Ap Log Ex tomava conhecimento quando precisava transportar o material para o Haiti, recebendo as documentações já confeccionadas pela OM de origem, o que dificultava a correção de erros encontrados nas guias.

Os erros mais comuns eram OM de origem e OM de destino, pois os materiais eram destinados erroneamente para o BRABAT e BRAENGOY, os quais não possuíam autonomia administrativa, quando o correto deveria ser Ba Ap Log Ex e na descrição informar o batalhão a ser contemplado. Outro problema encontrado era a assinatura de recebimento do material, pois é sabido que um militar de outra OM não pode assinar como recebedor.

Em tempos de normalidade, como os que ocorreram nos últimos anos da missão de paz do Haiti, já foi possível identificar essa problemática devido à chegada de materiais fora do horário do expediente com a necessidade de embarque em vôos imediatamente e sem a devida verificação da Ba Ap Log Ex, pois muitas vezes chegavam diretamente no 1º Depósito de Suprimento para serem levados ao aeroporto.

Houve um período atípico e extremamente intenso quando, em 12 de janeiro de 2010, ocorreu um terremoto no Haiti, e os vôos que ora eram semanais/quinzenais passaram a ser diários e, frequentemente havia mais de um vôo no mesmo dia. Esse período foi extremamente danoso para o controle patrimonial e fez crescer a preocupação por parte das OMs detentoras dos patrimônios. Muitos anos foram necessários para que os saldos alongados pertencentes à Base de Apoio Logístico e ao 1º Depósito de Suprimento fossem alinhados e corrigidos, sendo necessária a criação da Seção de Patrimônio e da Divisão de Patrimônio.

Para atender às demandas da missão de paz e ao controle patrimonial, é de suma importância que toda escrituração da documentação que estará atrelada ao material seja feita corretamente através do SISCOFIS, com valor, OM de origem e destino, descrição exata do material, preenchimento correto dos campos destinados para o transporte e recebimento do material.

De acordo com os entrevistados, a maior parcela dos problemas encontrados deu-se por falhas na confecção das Guias de Fornecimento dos materiais, e devido ao rodízio de contingentes e o tempo de traslado do material, que poderia demorar

até 30 dias quando o mesmo era transportado pelo modal marítimo, a informação se perdia e os contatos ora firmados eram substituídos, fazendo com que os problemas documentais se arrastassem por meses e anos.

5.4 LOGÍSTICA REVERSA

Findado o ciclo logístico, inicia-se o preparação para a logística Reversa:

2.9.1 A logística reversa é o conjunto de ações, técnicas e procedimentos, seja em situação de paz ou de guerra, para o planejamento e a execução do fluxo inverso de recursos logísticos, sem estágios intermediários, do usuário consumidor até a fonte de obtenção e/ou ponto de coleta à retaguarda. Deve receber especial atenção pela possibilidade de gerar restrições à liberdade de ação, relacionadas às questões ambientais. 2.9.2 Os mesmos operadores logísticos que executam a distribuição realizam a logística reversa. Assim, os planejamentos de retorno são considerados desde a fase inicial da operação para evitar desperdício de recursos, mitigar impactos ambientais e maximizar as capacidades de transporte. 2.9.3 Na execução da logística reversa, são considerados os seguintes aspectos: a) responsabilidade patrimonial; b) disponibilidade e confiabilidade de dados dos sistemas de informações logísticas disponíveis (exemplos: identificação, tipo, localização, condições de uso e outros); c) necessidade de meios de transporte, pessoal e infraestrutura; e d) definição da destinação final (exemplo: retorno à cadeia de suprimento ou desfazimento). 2.9.4 Os materiais que tenham sido adquiridos direta ou indiretamente pela F Op permanecem com a F Ter. Os materiais mobilizados, ou que tenham sido adquiridos de forma centralizada pelo C Op ativado, têm seu destino final definido pelo EMCFA, em coordenação com as FS (EB70-MC-10.238, 2018, p 2-23).

Ao término do uso dos MEM (Material de Emprego Militar) é realizada a repatriação desses bens e conseqüentemente a sua destinação final ao retornar para o Brasil. Existem três possibilidades para esses materiais: descarga, acondicionamento ou redistribuição.

Como o controle patrimonial fica a cargo da Base de Apoio Logístico, a mesma fica responsável pelos processos de descargas, e é comum que o MEM não possa ser reaproveitado.

Quando o MEM pode ser acondicionado, como é o caso de viaturas, os mesmos são enviados para o BCMS para verificarem a viabilidade de receberem a manutenção de 3º Escalão e retornarem para a cadeia de suprimento.

Por vezes, o material é pouco empregado na missão e retorna em condições de ser redistribuído, para isso deve ficar aguardando uma Ordem de Transferência do COLOG (Comando Logístico) para ser destinado para outra OM.

Finalizado todo o fluxo logístico, fica evidenciado o motivo de a Base de Apoio Logístico do Exército ficar responsável pelo controle patrimonial dos MEM que foram empregados nas Missões de paz do início ao fim do processo, excluindo a fase de Determinação das Necessidades que conforme mencionado fica sob responsabilidade do COTER (Comando de Operações Terrestres).

5.5 UTILIZAÇÃO DO SISCOFIS

O Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) está em uso há 10 anos e vem cumprindo um papel relevante no controle patrimonial dos bens do Exército Brasileiro. Por meio dessa ferramenta é possível registrar toda a história de um material durante o tempo servível para a força.

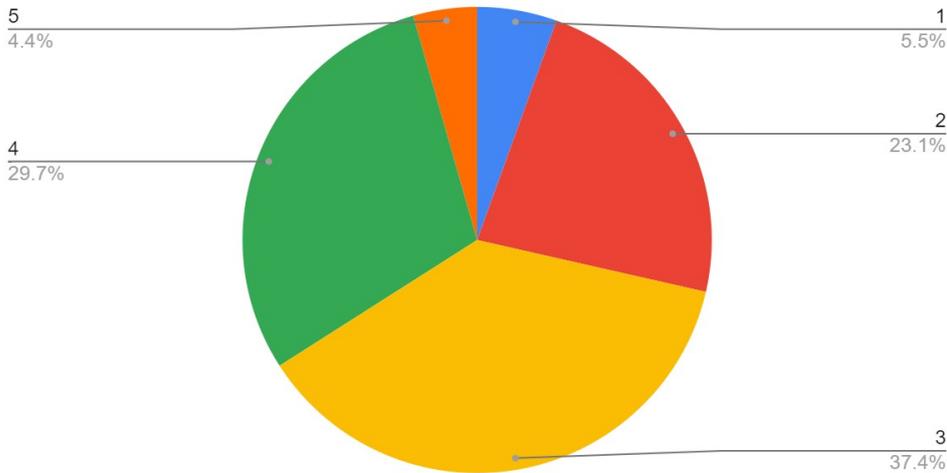
A partir da apropriação de uma Nota de Suprimento no SIAFI, o material é inserido no SISCOFIS, que deve ser cadastrado corretamente, obedecendo ao preenchimento de todos os campos previstos.

Esses MEM quando selecionados para integrar o QDM de uma OM em missão de paz, ou para uso administrativo, deve ter seu patrimônio movimentado para a Base de Apoio Logístico do Exército, acompanhado de sua respectiva Guia de Fornecimento ou transferência preenchida corretamente e assinada pelas OMs envolvidas na movimentação.

Esse material devidamente cadastrado no SISCOFIS da Base de Apoio Logístico do Exército e com seu valor patrimonial apropriado no SIAFI, deve ser capaz de ser controlado fisicamente por militares que se encontram nas Operações de Paz, seja por um SISCOFIS interligado ou por relatórios emitidos pela Ba Ap Log Ex e enviado para a região de operações para conferência física; ou ainda através de uma comissão de militares, não pertencentes ao contingente, formada para esse fim.

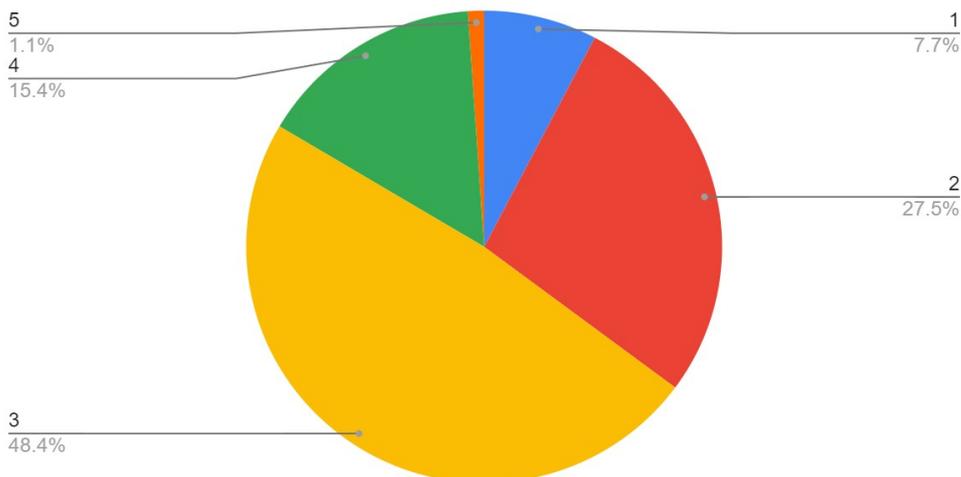
Uma pesquisa foi realizada com 91 participantes, sendo 60 oficiais e 31 praças, e foi solicitado que respondessem às perguntas avaliando com 1 para o pior índice e 5 para o melhor, ou com respostas de sim ou não, para mensurar a aprovação, o grau de conhecimento, e a importância dada a atividade de controle patrimonial. A seguir os resultados e as impressões:

Como o Sr considera o seu grau de conhecimento acerca das ferramentas existentes no SISCOFIS?



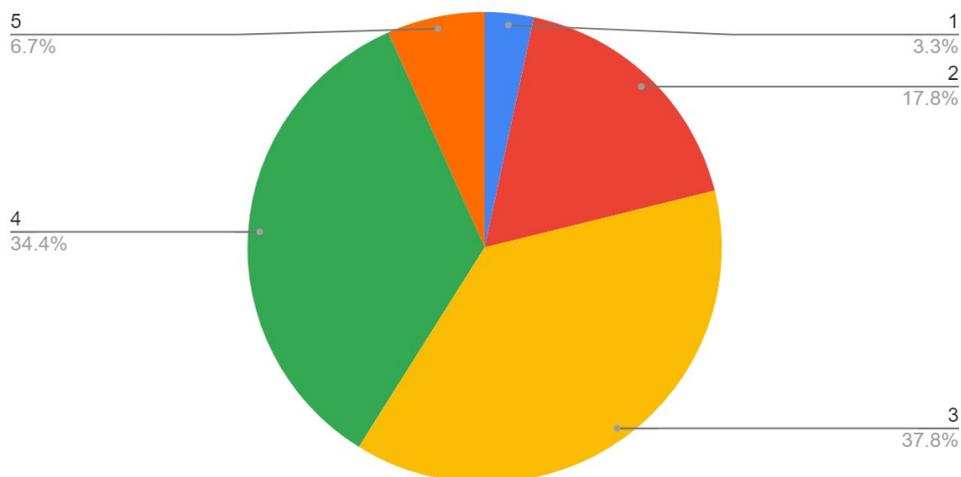
Ao se avaliarem é possível identificar que pouco mais de 70% do universo de participantes da pesquisa consideram-se aptos (3, 4 e 5) para utilizarem o SISCOFIS. Apesar de parecer um número expressivo, era esperado que um número superior a 90% possuísse essa capacidade, por se tratar do sistema mais popular do Exército Brasileiro.

Como o Sr considera o grau de conhecimento dos Oficiais acerca das ferramentas do SISCOFIS?



Ao avaliarem o conhecimento dos oficiais é perceptível que o índice cai consideravelmente para perto dos 60%, demonstrando que os oficiais estão mais sujeitos a não detectar falhas dos operadores, ou a subutilização do sistema.

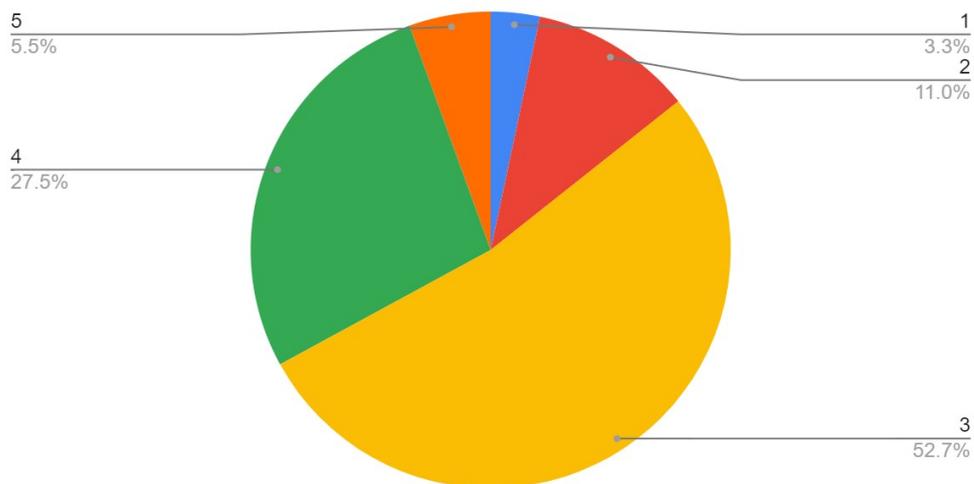
Como o Sr considera o grau de conhecimento dos praças acerca das ferramentas do SISCOFIS?



O melhor resultado acerca da operação do SISCOFIS foi obtido pelas Praças que efetivamente fazem os lançamentos dos itens, atingindo um grau aceitável (3, 4 ou 5) por cerca de 80%, no entanto nesse universo era esperado que quase a totalidade dominasse o sistema.

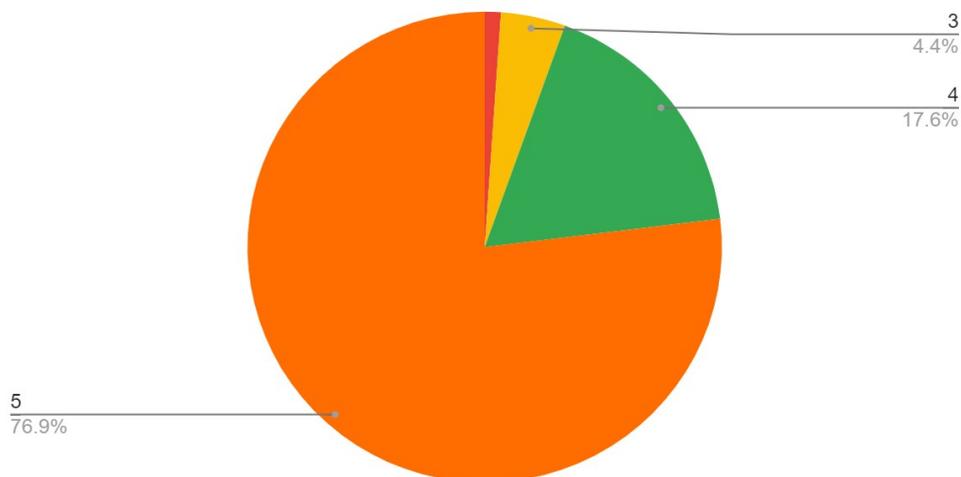
Esses três primeiros questionamentos serviram para traçar o perfil dos usuários do SISCOFIS. Já era esperado que as Praças possuíssem um conhecimento mais aprofundado que os Oficiais, devido ao maior contato com o sistema em suas funções de operador, isso se concretizou de acordo com a pesquisa. Cabe ressaltar que os Oficiais precisam ser fiscais e gestores do SISCOFIS para que possam sanar os erros dentro da sua esfera de trabalho e corrigir os problemas logo na origem deles, sejam eles de cadastros ou guias confeccionadas erroneamente.

Qual o seu grau de satisfação com as funcionalidades do SISCOFIS?



Esse gráfico demonstra que o SISCOFIS atende aceitavelmente (3, 4 e 5) às necessidades dos usuários, atingindo quase 90% de aprovação, um resultado expressivo que demonstra a aplicabilidade para o exercício do controle patrimonial.

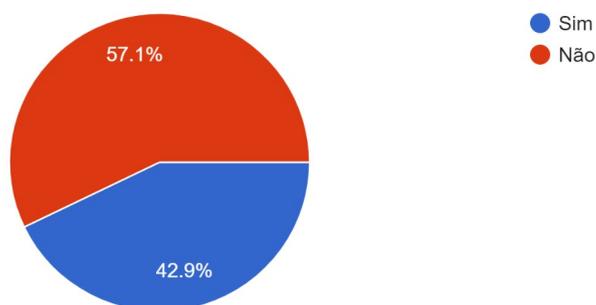
Como o Sr avalia a importância da atividade de CONTROLE PATRIMONIAL no Exército?



Esse resultado veio de acordo com o esperado pela pesquisa, na qual quase a totalidade dos participantes consideraram o controle patrimonial ter uma relevante importância dentro da instituição.

O Sr já participou de alguma instrução no corpo de tropa para difundir as funcionalidades do SISCOFIS?

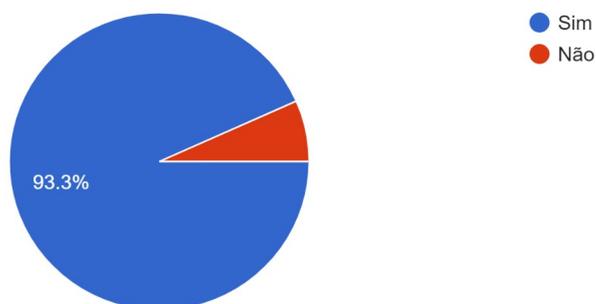
91 responses



Por meio dessa pergunta foi possível identificar a quantidade de pessoas que nunca foram instruídas sobre as capacidades do SISCOFIS, quase 60% dos participantes alegaram conhecer o sistema de maneira informal. Esse resultado não é condizente com a importância que o público-alvo enxerga nessa atividade.

O Sr sabe que o SISCOFIS é capaz de emitir relatórios diversos acerca dos itens cadastrados?

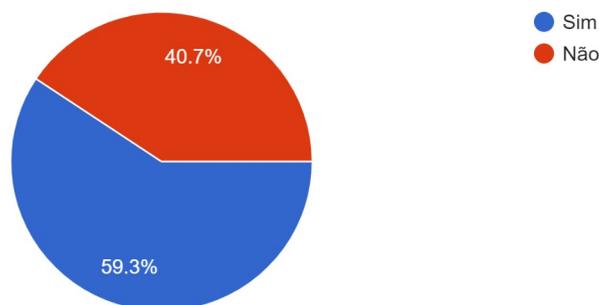
90 responses



Esse questionamento teve um único intuito, identificar o número de pessoas que possuem um baixíssimo conhecimento do SISCOFIS mas que por ventura não tivessem informado na sua própria avaliação, e coerentemente os resultados foram similares.

O Sr já precisou contatar uma OM ou foi contatado, para que uma guia de fornecimento ou transferência seja confeccionada corretamente?

91 responses



Cerca de 60% dos participantes da pesquisa responderam que em algum momento tiveram que solicitar uma correção ou refazerem uma documentação; isso gerou retrabalho, aumento no tempo de valor patrimonial em trânsito, perda de eficiência na gestão pública e falha na fiscalização em diversos níveis.

Esse questionário como um todo leva a conclusão de que temos um sistema que atende às necessidades da força, além de operadores suficientes que sabem como utilizar o SISCOFIS, no entanto falta maior fiscalização por parte dos Oficiais, que devem buscar maior atenção aos detalhes pertinentes às documentações.

Todos os participantes da pesquisa compreendem a importância do Controle Patrimonial no âmbito do Exército Brasileiro, mas falta por parte dos gestores da OM uma maior cobrança quanto ao treinamento dos usuários.

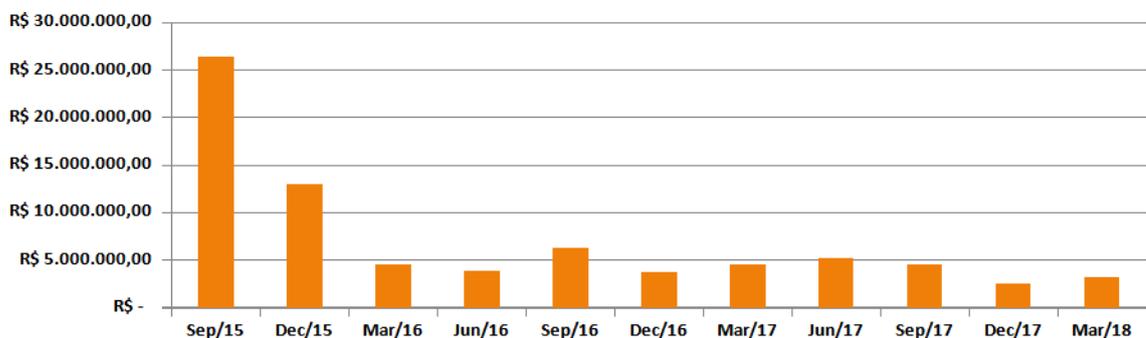
Vale ressaltar que foi dada maior atenção ao SISCOFIS do que ao SIAFI, pois os números de erros e problemas levantados com os entrevistados direcionavam majoritariamente ao SISCOFIS, pois o SIAFI só efetua os comandos com a documentação correta, e assim apresenta menores margens para o cometimento de erros, por dois motivos: menor quantidade de pessoas envolvidas e maiores restrições às funcionalidades do sistema.

5.6 A CRIAÇÃO DA DIVISÃO/SEÇÃO DE PATRIMÔNIO.

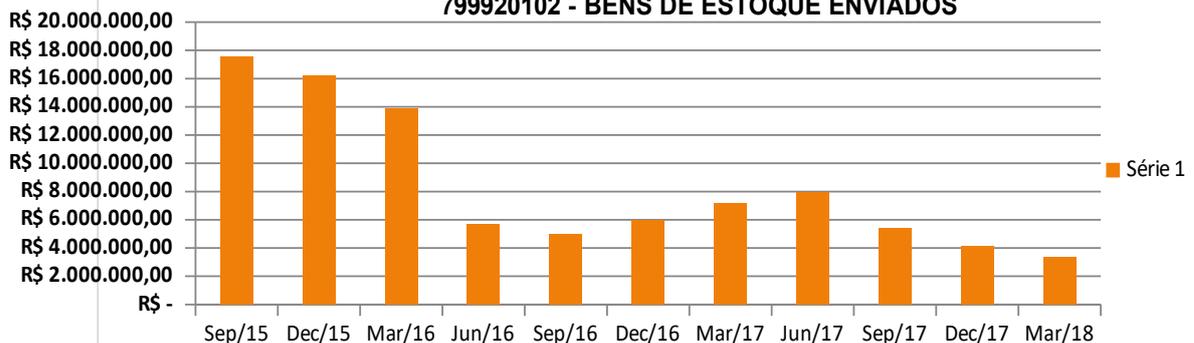
No início do ano de 2016 foram criadas, quase que simultaneamente, a Divisão de Patrimônio na Base de Apoio Logístico do Exército e a Seção de Controle Patrimonial no 1º Depósito de Suprimento, por onde passavam todos os suprimentos enviados para a Missão de Paz. Ambas com missões parecidas, sendo a principal delas realizar a gestão patrimonial com outras unidades envolvidas na MINUSTAH, identificação dos saldos alongados e resolução dos mesmos.

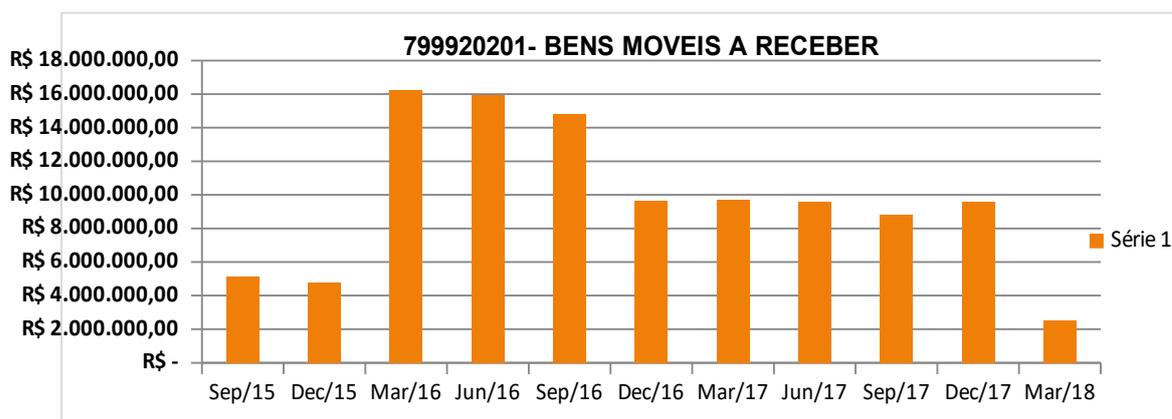
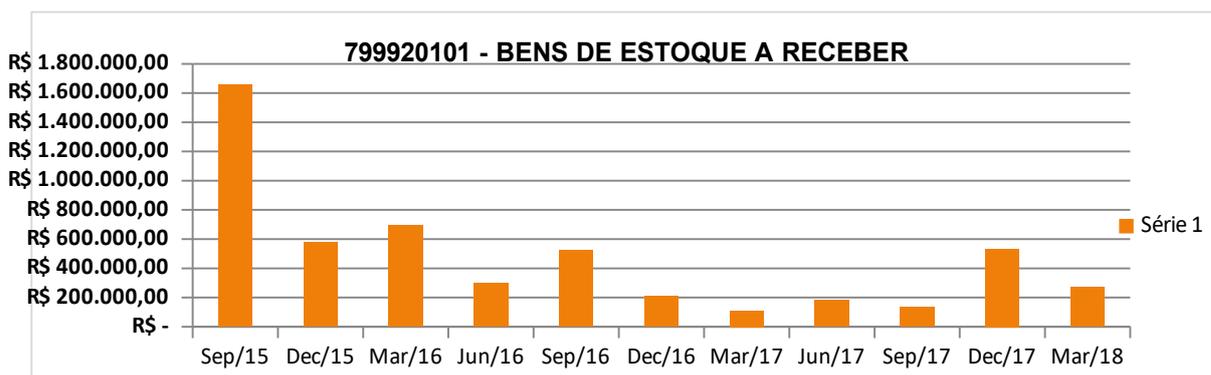
Antes da criação dessas seções, os saldos alongados estavam de difícil solução devido aos problemas ora mencionados. Um grande esforço foi realizado para juntar militares conhecedores das problemáticas da operação de paz e com experiência na gestão do patrimônio. Não demorou para os resultados aparecerem, conforme os gráficos a seguir oriundos da Seção de Controle Patrimonial do 1º Depósito de Suprimento, cujo o maior cliente era a Base de Apoio Logístico do Exército:

799920202 - BENS MOVEIS ENVIADOS



799920102 - BENS DE ESTOQUE ENVIADOS





Todas as contas trânsito sofreram redução na importância a ser apropriada, fruto do esforço dos militares em identificar as documentações faltantes, fazer novas solicitações de reenvio, por vezes refazê-las, contactar as demais unidades para confirmar os detalhes da operação e cobrar a apropriação dos materiais, ocorreu uma redução de 41 milhões de reais em trânsito no período em questão.

Diante da situação a que chegaram os saldos alongados até 2016, viu-se a necessidade da criação das seções de controle patrimonial e conseqüentemente a melhora dos processos internos em ambas as Unidades, tal aprendizado perdura até os dias atuais e tornou-se uma lição aprendida para eventuais situações de conflito externo ou de grande mobilização de meios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O controle patrimonial vem ganhando importância ao longo dos anos, em virtude das recorrentes inspeções internas e externas, que avaliam desde o processo de aquisição do material até o fim do ciclo de sua vida útil para o Exército Brasileiro. Além disso, todo patrimônio possui um ou mais responsáveis e deve ser tratado em conformidade com as regulamentações existentes.

Em missões de paz como a MINUSTAH, não deve ser diferente, o material precisa ser adquirido, utilizado, e dada a sua correta destinação ao término da missão. O principal motivo do controle é poder ter rastreabilidade de um bem público dentro da Força, evitando-se os desvios, tanto de finalidade quanto de materiais.

Para realizar o controle de todos os bens envolvidos em grandes operações, a utilização do SISCOFIS atende perfeitamente a essa necessidade, no entanto foi detectado que as barreiras de fiscalização falharam com muita frequência seja pelo lapso temporal, ou por falta de atenção aos detalhes técnicos da documentação, principalmente na ocasião do desastre natural ocorrido no Haiti, ocasião em que se necessitava de uma equipe mais reforçada para que não houvesse descontrole físico e contábil.

O SIAFI atua em consonância com o SISCOFIS, realizando os comandos de transferências patrimoniais entre as contas e unidades envolvidas, logo, uma documentação produzida corretamente minimiza exponencialmente os erros do SIAFI, restringindo-se a falhas de um único operador, facilmente identificável.

O controle patrimonial realizado durante toda Missão foi feito de forma descentralizada em muitas ocasiões, isso acontecia porque na maioria das vezes os recursos eram destinados diretamente para a Brigada que estava compondo o contingente. Assim sendo, os materiais adquiridos por uma OM qualquer do Brasil, eram enviados para o 1º Depósito de Suprimento e embarcados em vôos da FAB ou Navios da Marinha para serem transportados até o Haiti e recebido por militares do contingente que fora substituído. No entanto, essa sequência de ações possuía muitos atores envolvidos, e as transferências patrimoniais eram realizadas de forma equivocada ou tardia, devido à ausência de padrão na confecção das guias de materiais por parte das demais OM.

Apesar dessa grande dificuldade de controlar o patrimônio, a partir de 2016, com a criação da Divisão de Patrimônio na Base de Apoio Logístico do Exército e da

Seção de Controle Patrimonial no 1º Depósito de Suprimento, ocasião em que uma era a maior cliente da outra, pudemos perceber uma sensível redução dos valores nas contas trânsito, fruto de um árduo trabalho de pesquisa e entendimento entre as Organizações Militares envolvidas. Essa iniciativa de ambos os comandos foi fundamental para acelerar a resolução das pendências relativas à MINUSTAH que se encaminhava para o término da operação.

Pode-se concluir que a forma mais eficaz de controle patrimonial para operações de grande vulto do Exército Brasileiro é com a centralização de todas as fases do Ciclo Logístico dos materiais não oriundos dos Órgãos Provedores na Base de Apoio Logístico do Exército, com o intuito de padronizar as ações e diminuir o número de atores envolvidos no processo.

Todo o material empregado ficará sob os encargos da Divisão de Patrimônio, e uma comissão pertencente à Ba Ap Log Ex, possuindo integrantes de diferentes capacidades, não vinculados ao contingente de operações, que ficarão responsáveis pela conferência periódica dos materiais, sejam eles oriundos da cadeia de suprimento ou adquiridos conforme o levantamento das necessidades realizado ou aprovado pelo COTER.

Por fim, ao término da missão todos os meios seriam centralizados pela Ba Ap Log Ex, que teria acompanhado e fiscalizado, para que pudessem ser redistribuídos conforme as necessidades do Exército, e seguidos por suas respectivas Ordens de Transferência do COLOG. Já os materiais diversos, não provenientes da cadeia de suprimento, ficariam sob a responsabilidade da Ba Ap Log Ex.

REFERÊNCIAS

ITAMARATY. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz> >. Acesso em: 20 Jan 2021.

CID, Mauro; GOLDONI, Luiz. **Complexidade logística nas operações de manutenção de paz: um desafio**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.6, n.11, Jan./Jun. 2017 | p.118-135.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nr 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nr 98.820, de 12 de janeiro de 1990**. Aprova o Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3).

BRASIL. Exército. Secretaria de Economia e Finanças/Diretoria de Gestão Orçamentária. **Orientações aos Agentes da Administração. Emprego Dos Recursos: Apoio Administrativo Fundo Do Exército Importação e Exportação**. Brasília – DF, Janeiro de 2020, Versão 2.1.

BRASIL. Exército. Comando De Operações Terrestres. **Manual de Campanha: A LOGÍSTICA NAS OPERAÇÕES (EB70-MC-10.216)**. 1ª Edição, 2019.

BRASIL. Exército. Comando De Operações Terrestres. **Manual de Campanha: LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE (EB70-MC-10.238)**. 1ª Edição, 2018.

BRASIL. Exército. **Cartilha de Registros Contábeis Patrimoniais no Novo SIAFI da D Cont/SEF**, versão atualizada em Jul/2017. Disponível em: Acesso em 24/02/2021.

BRASIL. Exército. **Normas Administrativas Relativas ao Suprimento – NARSUP**. Publicado em: 2002. Disponível em: Acesso em 24/02/2021.

APÊNDICE A

ENTREVISTA 1

Primeiramente obrigado pela pré-disposição em ajudar.

Meu TCC é sobre **"A atuação da Base de Apoio Logístico no controle patrimonial do suprimento no contexto das operações de Paz (2016)"**

Irei explorar questões e problemáticas do controle patrimonial, as aquisições partiam de diversas OMs, e o patrimônio era transferido para a base até o retorno dos materiais, que depois eram redistribuídos ou descarregados.

Segue a entrevista com relação a temática do patrimônio do ponto de vista do senhor:

Nome completo do sr, posto e função desempenhada em 2016.

- João HEITOR Brasil Gonçalves - Maj e era o chefe da seção controle patrimonial do COS a época.

Qual era o papel da Base de Apoio Logístico com relação ao controle do patrimônio? de uma maneira geral. (Se por um acaso a Base não tinha papel na época, quem fazia esse papel?)

- Os OM de F Paz no Haiti não tinham autonomia administrativa, por isso o responsável por todo o patrimônio era a Base. as transferências eram feitas para Base e eles faziam os registros, subsidiados por informações dos batalhões.

Quando foi criada a seção de patrimônio? existiam valores patrimoniais que se encontravam no 1 D Sup e deveriam estar na BaApLogEx? Quais eram os principais tipo de pendências patrimoniais?

- foi criada em 2016, existiam guias a época que não tinham sido transferidas cujo motivo desconheço, PCP na época do terremoto que foi um período conturbado pelo que fiquei sabendo. existiam ainda valores "em trânsito" , pendentes de apropriação por motivos variados, muitos desses problemas eram falta de informação de recebimento de material

ou pendência documental. Diversos casos foram resolvidos apenas reenviando docs.

O Sr considera que foi eficiente/satisfatório o controle do patrimônio enviado para o Haiti, no ano de 2016?

- no ano de 2016 sim, a criação da seção contribuiu muito para a melhoria do controle patrimonial como um todo, tanto das missões de paz quanto das demais atividades de suprimento do OP.

A BaApLogEx possuía uma seção para cuidar das questões patrimoniais em 2016?

- Sim, a Divisão de Patrimônio

Que tipo de lições/oportunidades de melhoria podemos tirar desse período?

- o controle patrimonial fica muito prejudicado se não for feito no momento oportuno. Quanto mais tempo se passa do fato ao ato do registro perde detalhes e material acaba por não ter seu patrimônio corretamente lançado, ainda mais em missões reais que são mais dinâmicas e sofrem mais imprevisto.

Há outro item ou assunto, que na visão de chefe do COS/criador da seção de patrimônio devam ser melhor explorado?

- seria vantajoso se miliares da OM que vai receber o material acompanhassem mais de perto o processo a fim de espelhar de forma mais ágil e fidedigna não registros o trânsito de material.

ENTREVISTA 2

Nome completo do sr, posto e função desempenhada em 2016.

Anderson Prado Lemos, Subtenente, Aux da Divisão de Patrimônio(antiga SSCPFPAZ).

Qual era o papel da Base de Apoio Logístico com relação ao controle do patrimônio? de uma maneira geral. (Se por um acaso a Base não tinha papel na época, quem fazia esse papel?)

Antes de 2010, o controle patrimonial era feito no CML, na Subseção de Controle Patrimonial de Força de Paz(SSCPFPaz), a partir de 2010, com a criação da Base, a SSCPFPAz passou a para o comando da BAAPLOGEx.

Quando foi criada a divisão de patrimônio? existiam valores patrimoniais que se encontravam no 1 D Sup e deveriam estar na BaApLogEx? Quais eram os principais tipo de pendências patrimoniais?

1. A partir de 2016.
2. Sim, valores de material principalmente Classe II - Intendência, material esse que estava em operação no BRABAT/2.
3. Transferência de valores de material que se encontravam no teatro de operações e não haviam sido movimentados via SIAFI, não podendo ser contabilizados e depreciados pelo SISCOFIS;

Quais foram as maiores dificuldades para realizar essa atividade?

1. Movimentação de valores errados e em contas correntes a qual o material não pertencia;
2. Demora no recebimento de valor patrimonial de material repatriado, ficando a conta de bens móveis em trânsito com valores acima de 120 dias;
3. Necessidade de se manter um relatório de material relacionado, por não ter sido implantado no SISCOFIS;
4. Dificuldade de identificação e escrituração, por dados incorretos descritos do material.

Que tipo de medidas foram tomadas para facilitar esse controle?

Relacionar o material que não se encontrava no SISCOFIS, como forma de se manter um controle paralelo da vida do bem.

O Sr considera que foi eficiente/satisfatório o controle do patrimônio enviado para o Haiti, no ano de 2016?

No ano de 2016, houve um controle mais efetivo do material, mas por dificuldade em todo processo desde 2004, fica todo controle comprometido, pelo "conjunto da obra", ou analisar um tempo em função de 13(treze) anos de missão 2004 à 2017.

A BaApLogEx possuía uma seção para cuidar das questões patrimoniais antes de 2016? Como era feito esse controle?

SSCPFPaz, através do SISCOFIS e Relatório paralelo.

Que tipo de lições/oportunidades de melhoria podemos tirar desse período?

As OM que estão em operações a nível Batalhão deveriam ter CODUG, para efetuarem todo controle do material no SIAFI e SISCOFIS.

Há outro item ou assunto, que na visão da Divisão de PATrimônio deva ser melhor explorado?

Não.

ENTREVISTA 3

Nome completo do sr, posto e função desempenhada em 2016.

- Ronildo Antônio Salgado - Capitão QAO - Adj Seç Ct Patm F Paz.

Qual era o papel da Base de Apoio Logístico com relação ao controle do patrimônio? de uma maneira geral. (Se por um acaso a Base não tinha papel na época, quem fazia esse papel?)

- O papel da Ba Ap Log Ex era o de gerenciamento de todo material mobilizado para a Op F Paz, empregando suas OM no preparo e envio do material mobilizado.

Quando foi criada a divisão de patrimônio? existiam valores patrimoniais que se encontravam no 1 D Sup e deveriam estar na Ba Ap Log Ex? Quais eram os principais tipo de pendências patrimoniais?

- A Div Patm foi criada no ano de 2016. Sim, haviam valores que ainda, não tinham sido transferidos para a Ba Ap Log Ex. A principal era a transferência do valor patrimonial do material mobilizado.

Quais foram as maiores dificuldades para realizar essa atividade?

- A falta de pessoal para auxiliar nos trabalhos da Div Patm e o falta de experiência, na Área de Operações, por parte do pessoal envolvido no controle do material.

Que tipo de medidas foram tomadas para facilitar esse controle?

- Suprir a Div Patm com pessoal para auxiliar nos trabalhos de controle contábil do material e constantes visitas à Área de Operações visando um melhor contato com os militares envolvidos no controle físico do material.

O Sr considera que foi eficiente/satisfatório o controle do patrimônio enviado para o Haiti, no ano de 2016?

Sim.

A Ba Ap Log Ex possuía uma seção para cuidar das questões patrimoniais antes de 2016? Como era feito esse controle?

Sim, possuía. Através do SISCOFIS, Aditamentos ao Boletim Interno e Planilhas de Controle de Material, que eram enviados para o Haiti fins conferência física do material.

Que tipo de lições/oportunidades de melhoria podemos tirar desse período?

Que em toda Missão de Força de Paz o controle físico do material deve ser iniciado na origem, ou seja, junto ao 1º D Sup e com as OM envolvidas na mobilização de material para a Operação de Força de Paz. Quanto as oportunidades de melhoria faz-se necessário que todos os envolvidos no controle do material tenham instrução prévia sobre o assunto para que estejam cientes da função a ser exercida na Área de Operações.

Há outro item ou assunto, que na visão da Divisão de Patrimônio deva ser melhor explorado?

Sim, o sistema de controle de material (SISCOFIS) deveria ser único, ou seja, o mesmo sistema utilizado na Área de Operações ser o mesmo utilizado na Div Patm. Acontece que, no cadastro do material feito pelo militar na Área de Operações não confere com o cadastro feito pelo militar na Div Patm\Ba Ap Log Ex, isso ocorre porque os sistemas não são interligados, por problemas de conexão via internet. Outra consideração é a divisão por militar no controle do material, ou seja, um militar para controlar cada classe de suprimento, o que facilitaria em muito o controle contábil e físico do material.

APÊNDICE B – PACKING LIST VÔO 07 MAI 16

Informação extraída dos arquivos físicos da Seção de Força Paz, em 25 Jan. 2021.